

Ombudsman da Folha de S.Paulo também precisa de hermenêutica!

10/02/2026

A *ombudsman* da *Folha de S.Paulo*, Alexandra Moraes, defendeu, recentemente [na coluna dominical](#), a possibilidade de publicação de textos compostos por inteligência artificial, enquanto a *Folha* não sinalizar contra.

O imbróglio é o seguinte: ao se queixar do texto da colunista Natalia Beaty, um assinante alertou que 66% do conteúdo vinha de inteligência artificial, segundo um detector de IA. A *ombudsman* verificou que, na verdade, todo o texto era de IA. De todo modo, diz ela, qual seria o problema, se o jornal, no seu *Manual de Redação*, não proíbe.

Questionada, a colunista tirou qualquer dúvida. Confirmou e defendeu o uso de IA nos textos que publica na *Folha*:



“Utilizo, sim, ferramentas de inteligência artificial como apoio operacional no meu trabalho, assim como utilizo outras tecnologias no dia a dia profissional.”

Basicamente, argumenta que conversa com a IA, municia-a e dá um *prompt*. E concluiu, afirmando que a resposta para a *ombudsman* foi feita por meio de IA:

“Defini o conteúdo, dei os comandos por voz e a tecnologia apenas estruturou o texto para otimizar meu tempo, sem interferir em absolutamente nenhuma linha do que penso ou afirmo.”

Segundo a *ombudsman*, em setembro de 2023 a *Folha* incluiu o verbete “inteligência artificial” no seu *Manual da Redação*, autorizando os profissionais a “utilizar aplicações de inteligência artificial (IA) em seu trabalho”. Havia ressalvas: “A ferramenta não substitui o julgamento humano nem exime o jornalista de responsabilidade pelo resultado final” e a revisão humana “é obrigatória nos conteúdos voltados à publicação”. Até aí, não há nada nas publicações de Natalia Beauty que sugira descompasso com os princípios da *Folha*.

Informa ainda que tanto o *NYT* quanto *O Globo*, o *Estado* e outras grandes redações determinam que o conteúdo gerado por IA seja identificado como tal. A *Folha* não tem regra nesse sentido e considera a IA uma tecnologia como outra qualquer. No ano passado, questionei

o jornal sobre a falta de indicação de uso de IA em traduções: “A responsabilidade é sempre dos nossos jornalistas”.

Muitas vezes, diz a jornalista Alexandra, o que a IA substitui não é um texto de próprio punho, mas um artigo que até outro dia era redigido sob medida por assessor e/ou *ghost writer*. A prioridade é publicar pela assinatura, não exatamente pelo conteúdo. Os jornais têm sido, historicamente, repositórios/arquivos de opiniões, e a IA teria apenas encurtado essa linha de produção. Nesse sentido, a novidade seria mais para o assessor do que para o jornal.

A *ombudsman* dá então seu veredito: é um erro do jornal não indicar com clareza o uso de uma tecnologia que ainda está sendo desdobrada, assim como é um erro não distinguir o uso da IA como instrumento do seu uso como produto.

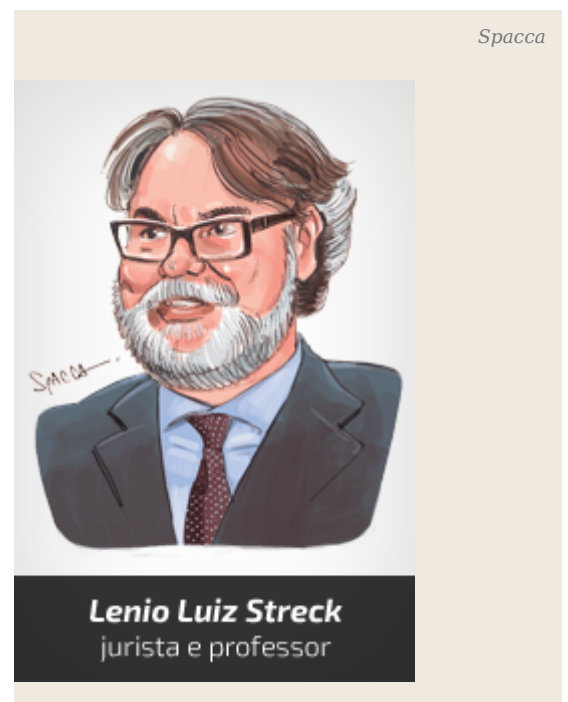
Portanto, **não há nenhum problema ético no ato da colunista escrever tudo por IA**. O argumento: não há proibição. Logo, para ela, o que não está proibido no *Manual de Redação* estaria permitido.

E a *ombudsman* permitiria ursos na plataforma do trem!

O que a jornalista *ombudsman* diz não está correto. Não é bem assim, se fizermos um pequeno mergulho na hermenêutica. Até *ombudsman* precisa recorrer ao velho Hermes. Nesse caso se aplica a hermenêutica da função. Nem tudo necessita estar escrito. Fosse assim e o mundo seria um caos. O velho exemplo dos cães na plataforma ajudaria a Ombudsman a resolver o problema e dizer para Natalia Beauty: **é antiético uma colunista da Folha deixar que a IA faça todo o texto e até mesmo a resposta a uma “intimação” da redação**. Assino a *Folha*. Não creio que o jornal possa me “vender” texto de IA, mesmo que o jornalista diga “ah, eu supervisiono”. No Judiciário já é assim, conforme denunciei já aqui na **ConJur** várias vezes. Mas, até no jornal?

Vamos lá. Se há uma regra que proíbe cães na plataforma do trem, parece óbvio que não se pode levar ursos, ao argumento esdrúxulo de que só estão proibidos cães. Do mesmo modo, não poderiam ser proibidos os cães guia-de-cego. No caso da colunista, a não proibição explícita da *Folha* do tipo “*é proibido deixar que o texto seja redigido por IA*” ou “*é proibido publicar texto totalmente redigido por IA sem que se coloque a observação ao final*” não pode ser usado como argumento de permissão. Na alegoria, a *ombudsman* está deixando ursos passearem na plataforma. E isso é perigoso para os transeuntes (e para os leitores do jornal). **Ups: pois não é que onde está escrito cães, devemos ler “animais perigosos”?**

Isto é, o *Manual* proíbe uma série de atitudes ligadas ao uso da IA. O objetivo (o telos) é manter a qualidade e o compromisso ético para com os leitores, para que não comprem gato por lebre.



Logo, esse telos (Aristóteles) é que deve guiar a melhor interpretação.

Não é tão difícil. Em vários textos (por todos, o Dicionário Senso Incomum, ed. Dialética) explico o que é hermenêutica da função. É uma certa junção de Wittgenstein, MacIntyre [1] e Fuller. Por exemplo: se eu peço para um amigo cuidar de meus netos enquanto vou comprar algo no supermercado, não necessito fazer um outdoor (ou uma nota de rodapé) **para dizer que não deve deixar olhar filme de adultos, jogar bets ou tomar bebida alcoólica. Está implícito.** É o contexto que dá sentido ao texto. Ah, mas você não falou que não poderia deixar os moleques jogar Bets e tomar cerveja... Pois bem. Pois bem.

Numa palavra final: claro, tudo isso fica claro pra quem leu as Investigações Filosóficas de Wittgenstein. E isso evidencia o risco da **IA-ização** de tudo: das faculdades, do ensino, do direito, do jornalismo. A IA vai explicar as Investigações? *Ad argumentandum*, digamos que sim: o sujeito que pede isso para a IA vai entender? Esse é o busílis. Se a jornalista da *Folha* estiver certa, estamos lascados. O texto é dela ou do *ChatGPT*? Não me entendam mal, a pergunta não é para ser dura. Estou adotando as premissas da *Folha* (“a responsabilidade é dos jornalistas”), as premissas da Alexandra Moraes e as da colunista Beaty. “A-há, o texto é do Chat GPT, mas o *prompt* é meu!” Bingo. Por isso já há quem venda curso de *prompts*. Qual terá sido o *prompt* usado por Wittgenstein? Cartas para a coluna. Para registro (de novo): sou assinante há décadas da *Folha*!

[1] MacIntyre, em seu *After Virtue*, diz, recorrendo ao exemplo do relógio de pulso, *Trata-se de um conceito funcional: um relógio de pulso, em sua definição e avaliação por parte do agente, é inseparável de um ‘bom relógio de pulso’, pois o critério de algo ser ‘relógio de pulso’ e o critério de algo ser ‘um bom relógio de pulso’ não são independentes um do outro. Não se separa o conceito de ‘relógio de pulso’ do conceito de ‘bom relógio de pulso’, o qual leva implícito uma função a qual o agente usa para dizer de tal relógio de pulso se ele é bom ou ruim..*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-fev-10/ombudsman-tambem-precisa-de-hermeneutica/>